Escola Judicial do TRT da 1ª Região

EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES
Diretor
JOSÉ NASCIMENTO ARAÚJO NETTO
Vice-diretor
ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO
Juiz Auxiliar

Conselho Cultural-Pedagógico da Escola Judicial
MARCELO AUGUSTO SOUTO DE OLIVEIRA
Desembargador do Trabalho
MARCELO SEGAL
PAULO GUILHERME SANTOS PÉRISSÉ
CLÁUDIA MÁRCIA DE CARVALHO SOARES
MÔNICA DE AMORIM TORRES BRANDÃO
GLÁUCIA ALVES GOMES
Juízes do Trabalho

Informações
Escola.judicial@trt1.jus.br
Tel. (21) 2380-6478 | 2380-6495 | 2380-6499

Inscrições
Cursos.ej@trt1.jus.br

Local
Av. Presidente Antônio Carlos, 251 - 9º andar - Castelo
Rio de Janeiro - RJ - 20020-010

Visit Rio: baixe o aplicativo para seu celular.

TRT 1ª Região

ESCOLA JUDICIAL TRT 1ª REGIÃO 20 anos

20 Seminário anos da Escola Judicial do TRT da 1ª Região

4 a 6 de outubro de 2016
Rio de Janeiro - RJ

Seminário 20 anos da Escola Judicial do TRT da 1ª Região

4 de outubro de 2016 – terça-feira

8h30 | Credenciamento.

9h | Abertura.
MARIA DAS GRAÇAS CABRAL VIEGAS PARANHOS, Presidente do TRT/RJ
MARIA DE ASSIS CALSING, Ministra do TST.
BRASILINO SANTOS RAMOS, Presidente do Conematra.
EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, Diretor da Escola Judicial do TRT/RJ.
CLEA MARIA CARVALHO DO COUTO, Presidente da Amatra1.
FABIO GOULART VILLELA, Procurador Chefe da PRT da 1ª Região.

9h30 às 12h30 | Conferência "A Formação de Juízes no Mundo Anglo-Saxão".
MAUREEN CONNER (Estados Unidos) e
HELEN BURROWS (Austrália).
Intervalo às 10h30.

14h às 17h | Oficina 1, com intervalo às 15h30.
14h às 17h | Oficina 2, com intervalo às 15h30.

5 de outubro de 2016 – quarta-feira

9h às 12h | Conferência "A Formação de Juízes no Mundo Iberoamericano".
MADALENA DUARTE (Portugal) e
MYRIAM AVILA (Colômbia).
Intervalo às 10h30.

14h às 17h | Oficina 3, com intervalo às 15h30.
14h às 17h | Oficina 4, com intervalo às 15h30.

6 de outubro de 2016 – quinta-feira

9h às 11h | Conferência de encerramento.
CRISTOVAM BUARQUE, Senador.

11h às 12h30 | Inauguração da Exposição "Da Ematra/RJ à EJ1: 20 anos de Formação Judicial.

12h30 | Encerramento.

Carga horária total: 19 horas.

A Formação de Juízes no Mundo Iberoamericano. | Oficina 4

Paradigmas curriculares na formação de juízes.

O domínio de conteúdos jurídicos é usualmente apresentado como uma exigência para o exercício profissional da magistratura. No modelo brasileiro, ele é evidenciado no recrutamento, por meio do concurso público, e revisto nas formações inicial e continuada de magistrados. Entretanto, o ato de julgar não é um exercício objetivo, de aplicação unívoca de conteúdos normativos. Complexo em si, ele ganha ainda maior complexidade diante da infinita quantidade de circunstâncias fáticas que são diuturnamente submetidas ao crivo adjudicatório. Diante dessa heterogeneidade, que conteúdos devem ser desenvolvidos no processo formativo da magistratura? Esses conteúdos são universais ou devem atender às peculiaridades locais e regionais? Como desenvolver as habilidades e competências exigidas para a judicatura? Aliás, quais seriam essas mesmas habilidades e competências? Concebida a partir de uma reflexão sobre a possibilidade de construção de um paradigma curricular para a formação de magistrados no mundo ibero-americano, esta Oficina postula discutir essas diferentes questões, mapeando possibilidades e buscando oferecer alternativas para o desenvolvimento de itinerários pedagógicos que alavanquem a qualidade profissional.

MYRIAM AVILA (Colômbia) foi designada Diretora da Escola Judicial "Rodrigo Lara Bonilla" em 2013, por concurso. Desde 2014, integra o Instituto Iberoamericano de Altos Estudos Judiciais –IIAEJ – criado pela Cúpula Judicial, tendo participado de seu Conselho Diretivo na Venezuela e no Equador na qualidade de Secretaria Geral da Rede Iberoamericana de Escolas Judiciais. Ocupou o cargo de magistrada da Vara de Família do Tribunal Superior do Distrito Judicial de Cundinamarca durante 23 anos (1990-2013) e da Vara do Trabalho do Tribunal Superior do Distrito Judicial de Florencia (1989-1990), ambos na Colômbia. Foi juíza do Trabalho de Florencia – Caquetá durante 8 anos (1981-1989). É integrante da Rede de Formadores da Escola Judicial "Rodrigo Lara Bonilla" desde 2008, nos módulos de Interpretação Judicial e Constitucional, Argumentação Judicial, Juiz Diretor do Processo, Processos de Família e Prova Genética. Além de pertenecer à Rede de Formadores nos Programas de Civil, Comercial, Família e nos módulos transversais indicados, colaborou no desenho do Programa de Formação em Restituição e Formalização de Terras. Foi Catedrática na área de Direito Privado e de Família da graduação e da pós-graduação da Universidade Católica da Colômbia (1995-1997), da Universidade Libre (1996 -2003) e da Universidade Autônoma da Colômbia (2000-2010).

Oficina 3 | A Formação de Juízes no Mundo Iberoamericano.

Magistratura e gênero.

Muito se falou nos últimos anos sobre a feminização (e juvenilização) da magistratura brasileira, pois os dados estatísticos evidenciam uma crescente participação da mulher no poder judiciário. Entretanto, essa é uma leitura restritiva feita a partir de uma essencialização do feminino. Quando revista sob a perspectiva do gênero, a questão torna-se muito mais complexa e indaga, de forma contundente, sobre o papel do feminino no ato de julgar. Gênero produz uma forma diferente de julgar? Gênero propicia algum tipo de viés entre os protagonistas do ato judicial? Distinguimos profissões e carreiras a partir do gênero e, por conta disso, concebemos e enfrentamos seus específicos conflitos laborais de forma distinta (e própria aos correspondentes gêneros)? Qual o espaço do gênero no mundo do trabalho e em sua conflitualidade e, mais ainda, no espaço institucional ao qual se atribui a competência para a resolução de seus conflitos, ou seja, a Justiça do Trabalho? Pretende-se nesta Oficina lançar-se um olhar sobre essas questões, ampliando, assim, o alcance do debate sobre gênero e magistratura. Ir além do quantitativismo acerca da presença feminina é um desafio, cujas pistas deverão ser aqui exploradas, sem a pretensão de trazermos respostas definitivas.

MADALENA DUARTE (Portugal) é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Estudos Sociais onde cocoordena o Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito e integra o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. A sua investigação tem focado a sociologia do direito em múltiplas vertentes; a criminologia numa perspetiva sociológica; as magistraturas e o género; a sociologia do poder e da política; os estudos feministas; a violência de género; os movimentos sociais, em particular ambientalista e feminista; e imigração irregular e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e laboral. É a representante portuguesa do Management Committee of the COST Action IS1209, Comparing European Prostitution Policies: Understanding Scales and Cultures of Governance (ProsPol); Stakeholder no campo da igualdade de género do European Institute for Gender Equality. Entre as suas publicações mais recentes conta-se Movimentos na Justiça: Direito e Movimento Ambientalista em Portugal, Coimbra: Edições Almedina, 2012; Mulheres brasileiras na conexão ibérica: um estudo comparado entre imigração irregular e tráfico, Brasília: Editora Apris, 2013 (em coautoria com Leal, Maria Lúcia e Teresi, Veronica); "The feminization of the Judiciary in Portugal: dilemmas and paradoxes ", Utrecht Law Review, 10, 1, 29-43 (em co-autoria) e "Prostitution and Trafficking in Portugal: Legislation, Policy, and Claims", Sexuality Research and Social Policy , 9, 3, 258-268.

Em 26 de setembro de 1996, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT-RJ criou a Escola de Magistratura da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro – EMATRA com o objetivo de preparar, formar, aperfeiçoar e garantir a especialização dos magistrados do trabalho. A partir de 1997, a Escola passou por um momento inicial de institucionalização nas gestões de Alédio Vieira Braga (1997-1998) e Milner Coelho Amazonas (1999-2000), seguido de um longo esforço de reconstrução pós-incêndio de sua sede com Izidoro Soler Guelman (2001-2004). A transição pós-Emenda Constitucional 45/2004, que criou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), foi coordenada por Dóris Castro Neves (2005-2006) e Aloysio Santos (2007-2008). Com Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha (2009-2012) e Evandro Pereira Valadão Lopes (2013-2016) deu-se sua transformação em Escola Judicial do TRT da 1ª Região – EJ1 e sua consolidação como um espaço de produção de conhecimento, adotando uma postura crítica diante da captação e transmissão tradicional e passiva de conteúdos.

Oferecendo cursos de formação inicial e continuada, a EJ1 privilegia a metodologia do estudo de caso em processos formativos multidisciplinares que enfatizam a importância de uma formação ética e deontológica para além do domínio da técnica processual exigida para o exercício profissional. Cursos instrumentais de atualização normativa e aperfeiçoamento técnico em distintas ferramentas tecnológicas contribuem para a qualificação de seus juízes e desembargadores, enquanto fóruns permanentes de discussão coletiva fomentam o diálogo institucional e colaboram para a construção de consensos profissionais. Constituindo-se, portanto, como um espaço privilegiado para compartilhamento de experiências educacionais e de boas práticas judiciais e investindo na formação permanente de seus magistrados, a EJ1 contribui para a produção e socialização do conhecimento, desenvolvendo pesquisa e propiciando uma sinergia positiva para o cumprimento da missão institucional do TRT/RJ.

Enfim, convicta de seu potencial transformador para a magistratura trabalhista do Rio de Janeiro e pautada em valores republicanos, a EJ1 contribui, por meio de suas ações pedagógicas, para a democratização da administração judicial e, por meio de audiências públicas, para a integração do TRT/RJ com a sociedade fluminense.

Oficina 1 | A Formação de Juízes no Mundo Anglo-Saxão.

As avaliações de reação e de aprendizagem.

Consolidadas no cenário judiciário nacional, as escolas judiciais enfrentam o grande desafio da avaliação de suas ações. Na clássica lição de Kirkpatrick, a prática avaliativa deve dar conta de quatro dimensões. No primeiro nível, mensura-se a reação dos participantes, apurando-se o seu grau de satisfação com a formação realizada. No segundo nível, avalia-se o aprendizado examinando-se a melhoria da cognição do participante, aferida pela mudança de percepção em relação à realidade, pelo aumento de conhecimento e/ou pelo aumento de habilidades. No terceiro nível, avalia-se a mudança de comportamento mediante o exame da melhoria de desempenho pelo participante, ou seja, suas mudanças de conduta e procedimento no trabalho. Finalmente, no quarto e último nível, avaliam-se os resultados, isto é, o impacto sobre os beneficiários do trabalho realizado pelos participantes da formação. No âmbito da educação judicial, faz-se uma profusão de avaliações nos dois primeiros níveis, enquanto as avaliações relativas ao terceiro nível são bem mais escassas e as de quarto nível, absolutamente inexistentes.

Mas será que as dimensões já tratadas são adequadamente enfrentadas? Pretende-se nesta Oficina, examinar os processos avaliativos já desenvolvidos pelas escolas quanto aos seus participantes, indagando sobre a qualidade da métrica utilizada. Como adequadamente avaliar a qualidade da formação realizada é, sem dúvida, o eixo das discussões aqui propostas.

MAUREEN E. CONNER (EUA) é professora e diretora do Programa de Administração Judicial e do Projeto JERITT da Universidade Estadual de Michigan (MSU), Faculdade de Justiça Criminal. Dr.ª Conner juntou-se à MSU em 1991, sendo a responsável pela criação da base de conhecimento fundamental para a educação no Poder Judiciário, que resultou na publicação de numerosas monografias, vários manuais e artigos. Ela também fundou e continua a dirigir o mestrado em ciência e dois programas de certificação em administração judicial onde ela ensina alunos de todo o mundo. Dr.ª Conner é consultada frequentemente por tribunais e outras organizações do meio judicial dentro dos Estados Unidos e internacionalmente. Sua pesquisa e expertise em consultoria reside em mentoring e desenvolvimento profissional; currículo, programas e desenvolvimento integral do corpo docente; avaliação das necessidades e avaliação; capacitação institucional; visioning e planejamento estratégico; e liderança no Poder Judiciário. Antes de seu mandato na MSU, Dr.ª Conner foi gerente do programa de educação para o Instituto Judicial do Supremo Tribunal de Michigan e diretora de educação para o Supremo Tribunal de Illinois, Administrative Office of the Courts. Dr.ª Conner detém um doutorado em sociologia, um mestrado em administração pública, e um diploma de bacharel em justiça criminal.

A Formação de Juízes no Mundo Anglo-Saxão. | Oficina 2

As avaliações de comportamento e de impacto.

Consolidadas no cenário judiciário nacional, as escolas judiciais enfrentam o grande desafio da avaliação de suas ações. Na clássica lição de Kirkpatrick, a prática avaliativa deve dar conta de quatro dimensões. No primeiro nível, mensura-se a reação dos participantes, apurando-se o seu grau de satisfação com a formação realizada. No segundo nível, avalia-se o aprendizado examinando-se a melhoria da cognição do participante, aferida pela mudança de percepção em relação à realidade, pelo aumento de conhecimento e/ou pelo aumento de habilidades. No terceiro nível, avalia-se a mudança de comportamento mediante o exame da melhoria de desempenho pelo participante, ou seja, suas mudanças de conduta e procedimento no trabalho. Finalmente, no quarto e último nível, avaliam-se os resultados, isto é, o impacto sobre os beneficiários do trabalho realizado pelos participantes da formação. No âmbito da educação judicial, faz-se uma profusão de avaliações nos dois primeiros níveis, enquanto as avaliações relativas ao terceiro nível são bem mais escassas e as de quarto nível, absolutamente inexistentes.

Como produzir uma avaliação institucional que dê conta das dimensões esquecidas? Como produzir uma avaliação de resultados que não diga respeito aos participantes em si, mas verse sobre o impacto trazido à jurisdição e aos jurisdicionados? Como dimensionar o real e efetivo impacto da formação judicial na prática profissional dos magistrados? Essas questões norteiam as discussões propostas para esta Oficina.

HELEN BURROWS (Austrália) é Diretora de programas internacionais do Tribunal Federal da Austrália. Advogada, Ms. Burrows tem 15 anos de experiência no projeto, implantação e gerenciamento de iniciativas de desenvolvimento e de reforma judicial em mais de 50 países em toda a Ásia, Pacífico e África. Helen implantou no Tribunal Federal da Austrália o portfólio de programas internacionais de desenvolvimento judicial desde 2004. Durante este tempo, Helen tem trabalhado na melhoria da profundidade e amplitude de relacionamentos do Tribunal, incluindo a ter contribuído na assinatura primeiro protocolo internacional de entendimento para a reforma judicial com foco em tribunais. A experiência da Helen inclui planejamento estratégico, a colaboração intersetorial, avaliação de necessidades técnicas, elaboração de projetos, direção e gestão de programas, treinamento e monitoramento de desempenho e avaliação. Helen figura como profissional da justiça em New South Wales, Austrália. Ela é Bachelor of Arts, Direito (Hons) da Universidade de Leicester, Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Nottingham e Mestre em Antropologia Aplicada e Desenvolvimento Participativo pela Universidade Nacional da Austrália.